

<b>Título do capítulo</b>	CAPÍTULO 11 – CONTRIBUIÇÕES DA EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DE CENTRALIDADES E POLOS DE CRESCIMENTO NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DO SEU ALCANCE ESPACIAL
<b>Autores(as)</b>	Joseli Andrades Maia Tânia Marques Strohaecker
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/capitulo11">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/capitulo11</a>

<b>Título do livro</b>	UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI
<b>Organizadores(as)</b>	Fernando Cezar de Macedo Aristides Monteiro Neto Danilo Jorge Vieira
<b>Volume</b>	-
<b>Série</b>	-
<b>Cidade</b>	Brasília
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2022
<b>Edição</b>	1ª
<b>ISBN</b>	978-65-5635-030-1
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1</a>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## **CONTRIBUIÇÕES DA EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DE CENTRALIDADES E POLOS DE CRESCIMENTO NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DO SEU ALCANCE ESPACIAL**

Joseli Andrades Maia<sup>1</sup>  
Tânia Marques Strohaecker<sup>2</sup>

### **1 INTRODUÇÃO**

As instituições de ensino superior (IES) são consideradas agentes locais de desenvolvimento, por sua contribuição na aglutinação de atividades e seu direcionamento na geração de novas demandas e de ativos na atração populacional para o seu entorno. A compreensão, portanto, de que as IES estão voltadas apenas à difusão do conhecimento mostra-se anacrônica.

No Brasil Colônia, os primeiros investimentos na educação superior datam da chegada da família real, em 1808. A partir da segunda metade do século XX, essas instituições passaram a ter importância na formação da mão de obra especializada para atuar em conjunto ao processo de industrialização e ao desenvolvimento tecnológico nacional. Porém, foi no início do século XXI que o ensino superior se alterou de maneira expressiva, por meio de políticas voltadas à descentralização de IES pelo território nacional, ao maior acesso ao ensino superior e à pós-graduação, por meio de cotas, financiamentos, bolsas de estudo e oferta de educação a distância.

Como resultado da expansão dessas instituições, há uma desigualdade regional por meio da seletividade econômica na implantação das novas IES, agravando os desequilíbrios socioeconômicos e aumentando a competitividade regional, que têm nas IES uma ação estratégica para a diferenciação desses espaços.

Essa diferenciação estratégica está baseada, em parte, na Teoria dos Polos de Crescimento, tratada por François Perroux no século XX, na análise da propagação do desenvolvimento por meio do crescimento irregular em polos localizados, específicos, em detrimento de outros. Segundo essa teoria, os polos de crescimento

---

1. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
E-mail: <joseli.geo@gmail.com>.

2. Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. E-mail: <tania.strohaecker@ufrgs.br>.

são desenvolvidos por meio da aglutinação de atividades econômicas baseadas na capacidade de atração, influência e polarização de equipamentos, em uma dada localidade, que combinam o seu trabalho ao desenvolvimento do seu entorno.

A pesquisa está fundamentada na Teoria da Lógica Locacional (Christaller, 1966) e partiu do propósito acerca da formação de centralidades externas ao eixo polarizado pela capital Porto Alegre e sua região metropolitana (RM). Para a escala regional, utilizou-se a classificação das Regiões Geográficas Intermediárias proposta, em 2017, pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), de modo a identificar os municípios-polo para o referido estudo, destacando-se Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana.

Baseado nos estudos de Corrêa (1974) a respeito do sistema universitário brasileiro, adaptou-se tal análise ao tema desta pesquisa, a *lógica locacional*, de modo a averiguar a oferta dos cursos de graduação oferecidos pelos municípios-polo e os deslocamentos dos estudantes, a fim de investigar se há um padrão na oferta de cursos de acordo com o tamanho do município analisado, assim como os alcances espaciais máximo e mínimo de influência na formação de polos de crescimento que incentivam a geração de novas centralidades no interior do estado do Rio Grande do Sul.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Em meados da década de 1980, cerca de 70% da população brasileira vivia em áreas urbanas. Um dos motivos para essa urbanização foi a ocupação e a transformação do espaço urbano em mercadoria, reflexo de movimentos migratórios do campo em direção à cidade – principalmente àquelas de grande porte –, da acumulação e circulação de pessoas, bens, capital, informação e comunicação (Davidovich, 1994).

A passagem do Brasil como um país rural, conhecido como “essencialmente agrícola” (Santos, 1994, p. 17), para um país urbano aconteceu de forma rápida e teve como fatores a distribuição e a concentração espacial da população em determinadas áreas e o movimento migratório. Para Davidovich (1994), a urbanização brasileira é também analisada como um instrumento de integração do país ao sistema capitalista, sustentado pelo Estado e pela indústria, por meio da intervenção estatal nos setores da economia, da intensificação da produção industrial após a Segunda Guerra Mundial, da representação política vinculada às elites urbanas, da abertura ao mercado internacional, da modernização do país (infraestrutura de transporte, energia elétrica, gás, saneamento básico e telecomunicações) e do aumento do emprego nos setores secundário e terciário da economia (Davidovich, 1994). Logo, a urbanização brasileira esteve vinculada ao modelo desenvolvimentista, mediante políticas públicas direcionadas à intensificação e diversificação econômica, pautada em interesses de modernização e valorização territorial no país. Segundo Santos e Silveira (2000):

O fim da guerra evidenciou as perspectivas abertas pela revolução científico-técnica. Era o momento de lançar a semente da dominação do mundo pelas firmas multinacionais, preparando assim todos os espaços mundiais para uma nova aventura que, na escala mundial, só iria frutificar, plenamente, trinta anos depois. A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das ideias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia da sociedade e, em consequência, da política (p. 26).

Em menos de quarenta anos, o Brasil passou de um país de caráter agroexportador para um país industrializado, visando ao mercado econômico externo, por meio da *substituição das importações*. Sua industrialização esteve vinculada ao período pós-guerra, o que intensificou a economia capitalista no território brasileiro, bem como a sua inserção na Nova Ordem Mundial, portanto, ao contexto atual da economia e política internacional, o que intensificou e ampliou o comércio com potências econômicas globais. Por meio dessa inserção, a expansão do capitalismo industrial gerou a ampliação da base urbana, resultado da migração da população rural para as cidades.

Segundo Davidovich (1994), destacaram-se como elementos importantes para as mudanças estruturais no Brasil: i) *o desenvolvimento da indústria*, responsável pela divisão social e territorial, além de ampliar o mercado comercial externo; ii) *a expansão de grupos sociais*, notadamente a classe média, formada por industriais, profissionais liberais e militares, e a massa urbana (operários industriais); iii) *o crescimento do papel do Estado*, devido aos investimentos em modernização e a presença de empresários em setores estratégicos da economia; e iv) *novas estruturas espaciais*, com destaque para a construção da nova capital federal, Brasília, o que resultou na interiorização do poder, na expansão da fronteira agrícola, na geração de energia elétrica, comunicação e desenvolvimento do transporte (Davidovich, 1994).

Apesar disso, nem todos os estados brasileiros absorveram, ao mesmo tempo e na mesma intensidade, tais avanços para o desenvolvimento urbano e regional, resultado do processo de ocupação, colonização e produção socioeconômica. A partir da década de 1970, instituíram-se os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) I, II e III, resultando na desconcentração industrial da região Sudeste para as demais regiões do país, a partir da criação de polos industriais (Davidovich, 1994). Segundo Monte-Mór (2011), nesse período, destacaram-se também a expansão de metrópoles, a especialização de cidades com perfil atuante na economia industrial, a criação das regiões metropolitanas e a expansão do capital industrial em todo o território nacional por meio da construção e pavimentação de rodovias, desenvolvimento da energia e das comunicações.

É marca desse processo o incentivo à promoção das cidades médias, intensificada tanto pelo êxodo rural, quanto pelos movimentos migratórios oriundos das metrópoles. Em relação ao desenvolvimento dos transportes, a constituição do

sistema rodoviário para a integração do país tornou possível a fluidez do território através da descentralização industrial para as chamadas zonas periféricas, ou seja, externa à região Sudeste.

Nas décadas de 1960 e 1970, durante os governos militares, o Estado lança um conjunto de diretrizes de cunho espacial, designadas de “políticas de urbanização” (Davidovich, 1984), com objetivos de ampliar a reprodução do capital e implementar ações de cunho geopolítico de integração nacional. Resumidamente, essas políticas compreendiam: a) medidas de caráter intraurbano, com investimentos públicos vultosos no aparelhamento das metrópoles e grandes cidades, ampliando a acumulação e a reprodução das relações capitalistas hegemônicas; b) medidas de caráter interurbano, implementando uma rede hierarquizada de cidades, visando um desenvolvimento equilibrado do sistema, apoiado sobretudo no investimento nas “cidades médias”, para conter os movimentos migratórios direcionados às metrópoles; c) medidas de caráter regional com a transferência de certos ramos industriais para regiões periféricas (sul, nordeste, norte), incentivando, em certa medida, a descentralização do setor secundário; d) medidas de caráter nacional, com a canalização de recursos para obras de infraestrutura de grande porte: hidrelétricas, barragens, portos, rodovias, dotando o território de avanços tecnológicos que facilitariam, mais tarde, a fluidez dos espaços econômicos; e) institucionalização de novas estruturas urbanas: as regiões metropolitanas (RMs), visando um planejamento e gestão integrados dos municípios constituintes (Strohaecker, 2012, p. 189).

A análise da dinâmica espacial urbana no Brasil foi estruturada por implicações socioeconômicas seletivas, a partir da transformação da estrutura agrária do país, da industrialização, da transformação do solo em mercadoria, do êxodo rural e do emprego em áreas urbanas. Tais mudanças corresponderam à aceleração da urbanização, resultando na evolução da hierarquização urbana brasileira – com o aumento, tanto em números quanto da importância, das cidades médias como reflexo da interiorização de investimentos e estratégia política –, na expansão de áreas já consolidadas, na metropolização – essa apoiada no avanço industrial – e na concentração populacional, criando, assim, novas centralidades (Davidovich, 1994).

No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, o estado seguiu uma lógica econômica de acordo com a demanda produtiva, bem como a alocação de pessoas e atividades no território gaúcho, de tal modo que a organização estrutural desenhou uma nova configuração de implantação e difusão pelo estado (Ueda, 2007), impulsionando centralidades em locais estratégicos para o desenvolvimento urbano e regional. Segundo Ueda (2007), áreas até então despovoadas e longe dos principais centros produtores passaram a integrar um novo sistema, viabilizado pelos transportes rodoviário e ferroviário e pelas redes de comunicação, de modo a impulsionar a ocupação. Logo, a urgência pela urbanização no estado repercute novas formas de produção espaciais, por meio do aumento populacional, das correntes migratórias, da modernização socioeconômica e da industrialização:

graças aos progressos da ciência e da técnica, e à circulação acelerada de informações, geram-se as condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho nos lugares. Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. É uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelagem de regiões já ocupadas (Santos e Silveira, 2012, p. 105).

Além disso, em consequência dos processos de urbanização e industrialização, determinados núcleos apresentaram funções centrais e hierarquizadas. Essa relação, no estudo da geografia, ganha destaque devido à interação que se constitui entre sociedade e meio, da organização espacial urbana e regional e da ação dos agentes sociais e suas práticas espaciais (Corrêa, 1989).

Um dos primeiros geógrafos que desenvolveu estudos sobre a lógica locacional acerca da hierarquização da rede urbana foi o alemão Walter Christaller, com a fundamentação da *Teoria das Localidades Centrais*, publicada em 1933 e traduzida em 1966 para o inglês (Bessa, 2012). Das funções exercidas pelos núcleos, novas centralidades vão se formando de acordo com o seu alcance espacial, que podem ser chamados de alcance espacial máximo (*maximum range*) e alcance espacial mínimo (*minimum range*), definidos por meio de sua influência espacial, vantagens locacionais e das economias de aglomeração (Christaller, 1966).

Desse modo, Christaller (1966) desenvolveu a tese de que os centros urbanos, em decorrência dos mecanismos de alcance espacial máximo e mínimo, das vantagens locacionais e das economias de aglomeração, passam a apresentar uma diferenciação de caráter hierárquico, na qual os centros de nível hierárquico mais elevado são dotados de uma área de influência mais ampla, onde estariam contidos os centros com níveis hierárquicos inferiores e, portanto, subordinados pelos primeiros centros, de modo a configurar uma rede hierárquica (Bessa, 2012, p. 150-151).

A partir dessa contextualização, este estudo procura analisar a atuação das IES gaúchas como polos de crescimento na formação de centralidades no interior do estado Rio Grande do Sul. Nesse sentido, um dos elementos discutidos foi o alcance espacial (máximo e mínimo) que o sistema universitário gaúcho apresenta quanto à oferta de cursos e na atração de estudantes. Pressupõe-se que uma IES, por oferecer, entre outras funcionalidades, ao meio onde está inserida a oferta de serviços educacionais especializados, é capaz de gerar uma economia de aglomeração devido a sua centralidade e densidade técnica.

Tradicionalmente, são as grandes cidades e capitais estaduais as receptoras desse tipo de instituição e serviços educacionais correlatos. Porém, a interiorização dessas densidades técnicas para regiões até então fora desse circuito da educação terciária levou à formação de centralidades interioranas, com forte atração migratória para cidades médias e pequenas, resultado de uma recente urbanização, que emerge e define áreas atrativas para essas novas centralidades. Logo, quanto maiores o crescimento e

a concentração populacionais, maior será a quantidade de profissões e, consequentemente, aumentará a necessidade por esse tipo de serviço (Santos e Silveira, 2000).

Pensando nisso, observou-se uma seletividade na expansão dessas instituições, de modo que houve o incremento de determinados lugares em prol de outros, fortalecendo a divisão territorial do trabalho e a especialização dos lugares (Santos e Silveira, 2000). Dessa divisão e especialização, surge a articulação entre esses lugares, na medida em que os hierarquiza. Exige-se, portanto, uma diferenciação desses lugares. Tal diferenciação foi entendida pelo alcance que uma IES pode ter de acordo com o perfil econômico e demográfico da região na qual está inserida.

Trabalhamos com a ideia de Corrêa (2012) quando analisou o nível hierárquico dos alcances espaciais máximo e mínimo centrados na competição entre os lugares na constituição de um centro local importante na oferta de bens e serviços especializados e articulados entre si. Cada bem ou serviço aí gerado tem um alcance espacial de acordo com a sua oferta, demanda e especialização. Entendeu-se o conceito de alcance espacial máximo como aquele em que os consumidores se deslocam por maiores distâncias visando à obtenção de bens e serviços com um grau de especialização maior e mais específico. O alcance espacial mínimo, por sua vez, é entendido como o menor deslocamento mínimo que determinada funcionalidade apresenta aos seus consumidores (Corrêa, 1989; 2012).

A criação de IES foi resultado de demandas de diferentes atores. Entre eles, a participação da classe média na configuração desse modelo de ensino permitiu que as IES se expandissem para além dos locais preestabelecidos, conectando espaços interioranos, como as cidades de pequeno e médio porte (Oliven, 1985). Dessa interiorização, observou-se uma desigualdade regional por meio de uma seletividade tecnológica entre as regiões e cidades para a implantação dessas instituições, agravando os desequilíbrios sociais e econômicos e aumentando a competitividade, visto que as IES são tidas como potencializadoras de ação estratégica para a diferenciação desses espaços (Rorato, 2016).

Logo, o avanço do ensino superior no país foi consequência direta da urbanização e industrialização vivenciadas, tendo em vista a necessidade por mão de obra especializada e insumos urbanos e agrários cada vez mais tecnificados (Oliven, 1985). Foi nesse contexto que várias instituições se desenvolveram, com investimentos públicos e privados, o que contribuiu para a expansão da classe média, cuja demanda por novas qualificações por meio da educação terciária e atrelada às novas fontes de emprego fez com que emergisse cada vez mais o meio técnico-científico-informacional no Brasil. Nesse contexto, a evolução dos meios de circulação e comunicação, a mecanização no campo, a incorporação de novas áreas e a entrada de grandes empresas no mercado nacional e em localizações estratégicas, nos anos seguintes, também contribuíram para a consolidação e a expansão desse processo (Corrêa, 2006).

Santos e Silveira (2012) abordam que a expansão de IES no território nacional ocorreu de maneira seletiva e combinada, contribuindo para a criação de uma nova geografia. Esta, estabelecida pela rede do conhecimento técnico-científico e informacional e difundida pelas IES, é marcada pela seletividade, ora pela expansão e concentração espacial, ora por manchas, separadas por vazios, resultando na hierarquização desses lugares (Santos e Silveira, 2012).

Adaptando-se essa hierarquização dos lugares, integramos o estudo com a teoria proposta por François Perroux, chamada Teoria dos Polos de Crescimento. Segundo ela, os polos de crescimento são desenvolvidos por meio da aglutinação de atividades econômicas, baseadas na capacidade de atração, influência e polarização de equipamentos em uma dada localidade, que combinam o seu trabalho ao desenvolvimento do seu entorno. A partir da sua abrangência polarizadora e atrativa, os polos de crescimento são importantes para o estudo do desenvolvimento regional, dada à sua capacidade de originar mudanças e introduzir essas mudanças no meio onde estão inseridos (Friedmann, 1975), além de incentivarem o desenvolvimento e crescimento socioeconômico local e regional.

Nessa abordagem, acrescenta-se o papel que essas instituições possuem. Silveira (2011) discute o papel do ensino superior como significativo às demandas modernas das cidades, principalmente as de porte médio, frente à aceleração dos efeitos da globalização e na formação de novas centralidades. Nessa mesma concepção, Cargnin (2011, p. 16) sugere que “as modificações resultantes da emergência de uma economia globalizada difundiram-se rapidamente e com grande intensidade, com auxílio dos progressos da técnica e da ciência”.

Sob a lógica das IES, no que concerne ao efeito atrativo, sugere-se que elas exerçam um caráter de agente local que promove a competição de novas atividades e serviços, ao mesmo tempo que estimula a especialização e a dinamização dos lugares, resultando em transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Tais transformações levam à aglomeração ou dispersão de meios produtivos, oriundos da competição e da aglutinação de atividades (Silveira, 2011). Logo, a ação do ensino superior tem relevante importância, dada sua função de condutor de inovação e do desenvolvimento, de gerar conhecimento e capital intelectual, de dinamizar e polarizar as escalas urbana e regional, de modernizar o território no qual está inserida e de envolver interesses resultantes da ação de agentes locais (Damboriarena, 2015).

Ao tratar as funções das IES para a produção e o desenvolvimento locais e regionais na geração dos polos de crescimento, aplicou-se, neste estudo, a importância das IES no Rio Grande do Sul externas à RM de Porto Alegre, de modo a verificar o dinamismo crescente no interior do estado quanto à difusão dessas instituições para o desenvolvimento regional.



As atividades de ensino superior no Rio Grande do Sul tiveram início ainda no século XIX, marcadas pela doutrina positivista e amparadas pelo Partido Republicano Rio-Grandense. A concretização do ensino superior no estado ocorreu a partir de dois fatores, segundo Neves (2007):

- a oferta e a centralização do ensino superior na capital gaúcha, inicialmente com a Faculdade de Medicina e Farmácia, em 1889, e a Escola de Engenharia, em 1896, posteriormente vinculadas à Universidade de Porto Alegre (UPA), em 1934; anos mais tarde foi transformada em Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) (1937) e, posteriormente, federalizada sob a denominação Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1950; e
- o processo de interiorização e descentralização das IES gaúchas, ao longo dos anos 1950, inicialmente formadas por instituições isoladas, laicas e confessionais, para em seguida fortalecer a federalização externa à capital, Porto Alegre.

O processo de federalização da atual UFRGS, portanto, ocorreu no início da década de 1950, mesmo período em que se observou a interiorização das IES no estado, ou seja, para além do eixo polarizado pela capital. Citam-se os municípios de Santa Maria e Ijuí nessa descentralização do ensino superior no estado.

A década seguinte foi importante para a ampliação da oferta de ensino no interior do estado em ambas as categorias: pública e privada. Como política educacional de integração regional à época, tais descentralização e interiorização foram acompanhadas pela criação, em 1960, da Universidade de Santa Maria (UFSM), localizada no município homônimo e federalizada em 1965. Nesse período, o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado da Federação a ter duas universidades públicas federais em seu território (UFRGS e UFSM). Posteriormente, ocorreu a criação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e da Universidade Federal de Rio Grande (Furg), ambas em 1969. Além das IES de caráter público, foram implantadas no período treze instituições de caráter privado, localizadas fora da capital gaúcha.

O fim dos anos 1950 e o início da década de 1960 foram marcados pela interiorização de IES comunitárias externas aos eixos metropolitanos, de modo a atender os municípios interioranos e distantes das principais cidades brasileiras. Os principais destinos para a implantação desses *campi* foram as cidades de porte médio (Silveira, 2011), estrategicamente importantes na aglomeração de atividades econômicas nos três setores da economia. No tocante à instalação dos *campi*, alguns fatores são levados em consideração, tais como: difusão do sistema de infraestrutura; novas forças de aglomeração e dispersão, levando à especialização e divisão do trabalho; concentração de atividades econômicas; e aglomeração de novos profissionais qualificados para os novos empregos na indústria, na própria IES, no campo (esse cada vez mais tecnológico e mecanizado), no comércio, na área da saúde, entre outros.

Nos anos 1970, foram criadas oito IES no Rio Grande do Sul, sendo seis privadas e duas públicas federais, com concentração no eixo polarizado por Porto Alegre, exceto pelo *campus* Carreiros da Furg, em 1978. A década de 1980 foi marcada pelo aumento da privatização do ensino superior, resultado da crescente demanda por mão de obra qualificada e das mudanças socioeconômicas ocorridas no território brasileiro. Especialmente no caso gaúcho, foi observada a constituição de quinze novas instituições, privadas em sua maioria, com exceção da criação do *campus* da Furg no município de Santa Vitória do Palmar, em 1984.

O estado teve a implementação de mais 38 IES, distribuídas pelo território gaúcho, durante a década de 1990. O início do século XXI foi marcado por uma nova política de governo, com a ampliação do número de instituições públicas federais e estaduais e a oferta e o acesso universitários ampliados por políticas de educação em todo o país. No caso do Rio Grande do Sul, o estado recebeu, nesse período, o acréscimo de 88 IES, entre elas federais e estaduais, contemplando as distintas regiões gaúchas em uma única década, enquanto, a partir de 2010, o aumento foi de cinquenta IES.

Devido à transição de políticas educacionais vivenciadas, esse período também vislumbrou a expansão da rede pública de ensino por meio da estrutura *multicampi*. O estado do Rio Grande do Sul, além do aumento do número de instituições federais, via institutos federais, que somam 43 até o momento, também obteve 24 novas universidades estaduais, além da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em três municípios, e da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), presente em dez municípios gaúchos.

A geração de centralidades resultantes da interiorização do desenvolvimento também é discutida por Vieira (2017), quando da combinação da industrialização tardia em meio às funções básicas das instituições de cunho acadêmico, científico e tecnológico no processo de reestruturação socioeconômica para além das áreas econômicas tradicionais já consolidadas, demarcando “um campo de atuação para as IES no âmbito do desenvolvimento que não cessou desde então, à medida que o progresso técnico veio se acelerando e penetrando em praticamente todas as áreas das atividades humanas” (Vieira, 2017, p. 278).

O papel que as IES possuem na reestruturação econômica pode ser analisado sob o viés da dispersão espacial e pelo seu alcance de orientação territorial, dado o crescimento observado entre os anos 2000 até o presente momento. O crescimento no número de IES nas últimas duas décadas está ligado diretamente à importância de políticas públicas voltadas não apenas à expansão do ensino superior, mas também ao desenvolvimento regional, por meio da qualificação de recursos humanos e tecnológicos.

Logo, o favorecimento de determinados lugares, que até então careciam desse tipo de serviço educacional especializado, permitiu uma inserção maior na rede de IES e, conseqüentemente, ampliou o seu raio de influência territorial para municípios de médio e pequeno porte, mas com potencial econômico, político e demográfico em sua rede regional.

Na dispersão espacial das IES, o desenvolvimento regional não pode ser concebido de maneira homogênea, tendo em vista a competição entre os lugares a fim de atrair novos investimentos. Nessa perspectiva, as “IES têm sido avaliadas, portanto, sob uma ótica que as coloca como atores relevantes da transformação econômica e social, podendo influenciar de forma decisiva o desenvolvimento regional” (Vieira, 2017, p. 283).

Assim, a ampliação dessas instituições, bem como a expansão de suas filiais para outros municípios, favoreceu a dispersão espacial e a reprodução econômica e política da região produtora, criando a sua própria rede geográfica institucional externa à região polarizada por Porto Alegre. Reflexo disso são os polos institucionais cuja matriz se encontra nas principais cidades – muitas vezes externas ao estado gaúcho –, mas que oferecem polos de ensino a distância, presencial ou semipresencial em áreas mais longínquas, que até então não apresentavam apoio e/ou estrutura para esse tipo de atividade e agora estão inseridas no sistema da educação terciária regional e nacional.

### 3 METODOLOGIA

Dada a dinâmica observada da implantação de IES na formação e qualificação de recursos humanos e sua contribuição para o desenvolvimento regional, temos como objetivo avaliar a expansão e a interiorização das IES gaúchas na formação de polos de crescimento e de centralidades no interior do estado, por meio do conceito de alcance espacial. Para tal, dividimos esta pesquisa em três etapas: documental, teórica e empírica.

Compondo a pesquisa documental, utilizamos dados sobre os cursos de graduação obtidos por meio do Censo da Educação Superior de 2016, disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC) e obtido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma autarquia vinculada ao MEC. Os dados demográficos de 2016 são oriundos da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), atualmente Departamento de Economia e Estatística (DEE).

Por meio da pesquisa documental, avaliamos a importância do ensino superior pelo estado, bem como sua expansão e interiorização além das áreas tradicionais do circuito das IES. No caso da instalação de IES pelo Rio Grande do Sul, desigualdades foram pontuadas – refletindo-se na concentração de polos e centralidades

em determinados lugares em detrimento de outros –, geradas pela seletividade proporcionada por políticas de expansão e interiorização da educação superior e por interesses econômicos.

A base teórica das centralidades foi pautada na proposta de Christaller (1966) acerca do grau de importância que um núcleo apresenta. Além disso, adaptamos essa análise tendo em vista dois estudos de Corrêa (1974; 1989). Por meio da escolha das instituições e da compatibilização das informações demográficas dos municípios-polo, foi possível fazer um levantamento do sistema universitário de acordo com o tamanho populacional, para em seguida verificar se as vantagens locais das economias de aglomeração apresentam um diferencial na organização das atividades, levando a uma hierarquização e formação de uma rede regional educacional estruturada. Nesse caso, constatamos a formação de uma rede de educação terciária regional a partir da oferta de determinados cursos presentes nos municípios-polo.

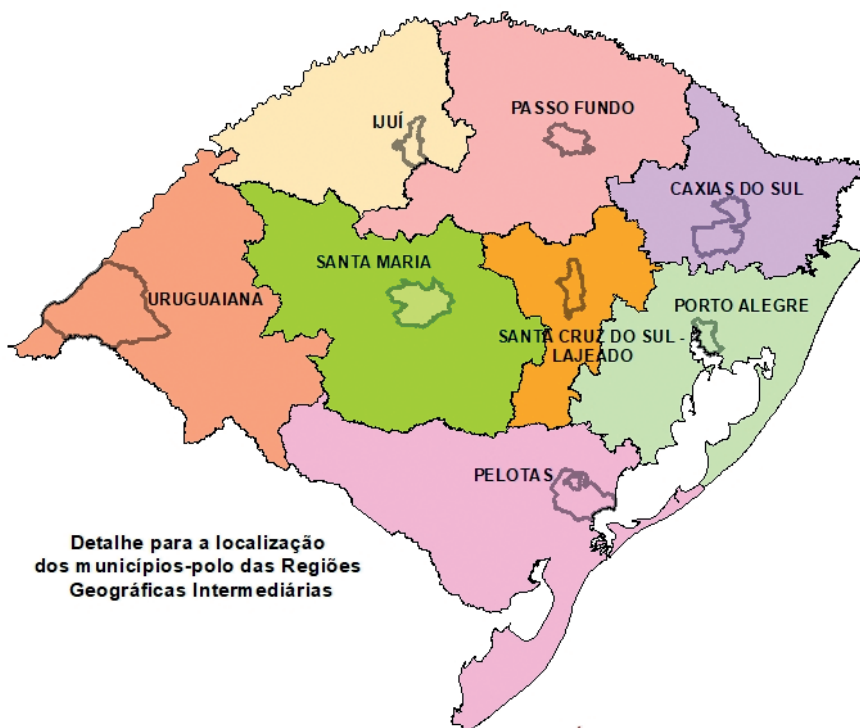
Desse modo, verificamos como alcance espacial máximo (*maximum range*) a área determinada a partir da localidade central, na qual os estudantes se deslocam visando à obtenção de áreas do conhecimento específicas, enquanto o alcance espacial mínimo (*minimum range*) foi compreendido como a área em torno de uma localidade central que engloba o mínimo de estudantes e áreas do conhecimento. Assim, as vantagens locais das economias de aglomeração apresentaram um diferencial na organização das atividades, resultando em sua hierarquização e formação de uma rede regional educacional estruturada. Nesse caso, constatamos a formação de uma rede de educação terciária regional a partir da oferta de determinados cursos presentes em municípios com um determinado tamanho populacional.

Os polos de crescimento, conceito estudado por Perroux (1967), sugerem o crescimento econômico por meio da aglutinação de determinadas atividades capazes de atrair, influenciar e polarizar equipamentos em uma dada localidade e entorno, incentivando o desenvolvimento e o crescimento socioeconômico local e regional. Delimitamos esses polos a partir da escala proposta pelo IBGE, em 2017, intitulada região geográfica intermediária.

De acordo com essa regionalização, os 5.570 municípios brasileiros estão distribuídos em 133 regiões geográficas intermediárias. Essas regiões são consideradas pelo IBGE como metrópoles ou capitais regionais e, na ausência dessas, podem ser consideradas centros urbanos de menor dimensão, porém importantes para a região onde estão inseridas (IBGE, 2017). O estado do Rio Grande do Sul possui oito regiões geográficas intermediárias, nomeadas de acordo com o município-polo. São elas: Caxias do Sul, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul-Lajeado, Santa Maria e Uruguaiana, conforme apresenta o mapa 1.

## MAPA 1

## Regiões geográficas intermediárias e municípios-polo – Rio Grande do Sul



**Detalhe para a localização  
dos municípios-polo das Regiões  
Geográficas Intermediárias**

Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS  
Regiões Geográficas Intermediárias e os municípios para estudo de caso  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017)  
Elaboração: Joseli Maia e Tânia Strohaecker



Fonte: IBGE (2017).

Elaboração das autoras.

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Por meio dessa regionalização, optou-se pelos municípios-polo que possuem uma instituição federal de ensino superior (Ifes), do tipo *universidade*, para representar e constituir os objetos empíricos desta pesquisa.

Essas Ifes têm destaque tanto na sua região geográfica quanto externamente, constituindo-se em importantes centralidades e elementos de atratividade para fluxos demográficos migratórios, devido à oferta de serviços especializados (graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, extensão universitária e importante oferta de emprego nessas instituições), além de possuírem um papel catalisador nos municípios de menor porte e serem aglomeradoras de atividades econômicas, formando centralidades no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Ao adaptar essa escala à Teoria dos Polos de Crescimento, classificamos tais municípios de acordo com a sua importância política e econômica (Friedmann, 1975):

- polo de importância regional, representado pela metrópole e capital gaúcha, Porto Alegre, cuja instituição analisada foi a UFRGS;
- polos de importância sub-regional, representados por Pelotas (UFPel), Santa Maria (UFSM) e Uruguaiana (Unipampa – *campus* Uruguaiana).

Este trabalho empírico teve como instrumento de campo um questionário *online* enviado por *e-mail* pelas secretarias de todos os cursos de graduação e pós-graduação aos estudantes das quatro IES selecionadas. Entre as questões submetidas, analisamos os municípios da atual residência dos alunos, a distância percorrida diariamente até a IES, o tempo de deslocamento e o meio de transporte utilizado para tal. Obtivemos um total de 1.163 respostas.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Rio Grande do Sul apresentou, em 2016, 494.154 matrículas de estudantes no ensino superior e, assim como ocorreu em escala nacional, o estado também viu multiplicar o número de instituições para atender esse perfil acadêmico. Em 1995, havia 44 IES no estado. Destas, 15 eram universidades e 29 faculdades e estabelecimentos isolados, sendo 24 instituições privadas. Em duas décadas, o número de IES foi ampliado para 122, sendo 19 universidades e 103 centros universitários, faculdades e institutos federais (Inep, 2016).

Parte desse crescimento foi direcionado para municípios interioranos de porte médio e pequeno, extrapolando as áreas mais tradicionais dessa expansão, especialmente a capital e sua região metropolitana. Dados do Inep (2016) revelaram o crescimento dessas IES no interior do estado, pois, de um total de 122 IES, apenas 36 localizavam-se na capital gaúcha, enquanto as demais instituições se localizavam no interior do estado. Das dezenove universidades gaúchas, onze situavam-se externamente à capital e, das demais 103 instituições, 71 encontravam-se no interior.

Entre os motivos para esse novo direcionamento, estão a urbanização e a representatividade demográfica e econômica das camadas médias urbanas (Oliven, 1985), agindo como importantes atores na atração de IES, de modo a permitir que esses municípios se consolidassem como polos de centralidade na rede urbana e regional local, atraindo moradores dos municípios próximos, aumentando, assim, a sua influência em relação à utilização desses serviços educacionais e à ocupação de vagas de empregos aí geradas, entre outras funcionalidades e centralidades desenvolvidas por uma IES.

Analisando-se os 142 municípios gaúchos que apresentaram estabelecimentos de ensino superior, verificou-se que a média populacional variou entre 5.499 e 662.629 habitantes, dado que deve ser levado em consideração quanto ao perfil da instituição aí localizada. Se compararmos com os dados de Oliven (1985), a autora constatou que as universidades, à época, localizavam-se apenas em municípios com média populacional acima de 200 mil habitantes.

Atualmente, essa realidade mudou. Municípios com média populacional de aproximadamente 5 mil habitantes já possuem universidades, como é o caso de Casca, com o *campus* da Universidade de Passo Fundo.

Ainda segundo Oliven (1985), os demais municípios gaúchos que apresentavam algum tipo de IES (faculdades, institutos ou escolas isoladas), em 1985, eram aqueles com população média acima de 35 mil habitantes. Atualmente, constata-se que essa média populacional para os municípios com algum tipo de IES (universidade, faculdade, centro universitário ou instituto) reduziu-se para 5.499 habitantes.

Ficam evidentes as mudanças na necessidade em se ter uma instituição desse perfil em municípios, inclusive naqueles de porte populacional pequeno. Tais mudanças acompanham a evolução da sociedade, ao passo que, dependendo do perfil do curso almejado, não se fazem necessários os deslocamentos regionais e a migração intermunicipal.

Outro dado relevante trata sobre o grau de urbanização. No estudo proposto por Oliven (1985), a população urbana, em termos percentuais, para se ter uma IES isolada, era de 55%. Neste trabalho, ao analisarem-se os dados relacionados aos municípios com IES e população de até 9.999 habitantes, constatou-se que o percentual urbano é de 53,9%.

Averiguou-se que, mesmo não havendo muita diferença percentual entre a população rural e urbana, o fato é que, diferentemente do estudo de Oliven (1985), atualmente não é apenas a população que vive nas áreas urbanas a mais favorecida com o acesso ao ensino superior e que, mesmo tendo um caráter ainda agrário, os pequenos municípios no interior do estado têm a capacidade de atrair instituições desse porte, favorecendo o desenvolvimento local ao mesmo tempo que são inseridos no circuito da educação terciária.

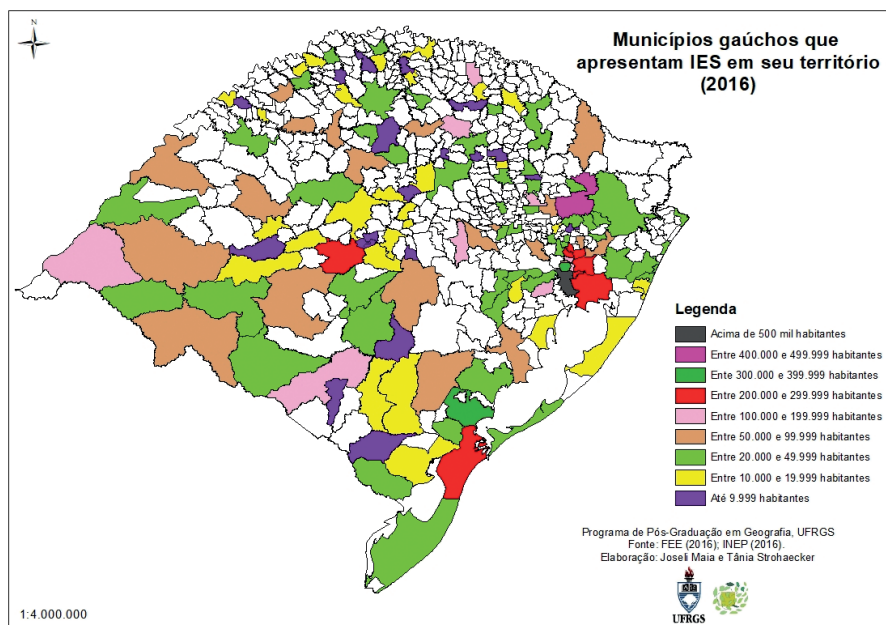
Essa análise nos faz refletir sobre a importância local que esses pequenos municípios têm na atração de IES. Tal realidade não é exclusiva do Rio Grande do Sul, e sim reflexo do que ocorre em escala nacional, no que se refere à interiorização crescente da disseminação de IES pelo território. Esse vetor de desenvolvimento em direção ao interior foi acompanhado por ações do governo, tornando a nova territorialização do ensino superior uma tendência nas últimas décadas, associada à rápida urbanização e à valorização profissional por meio da obtenção do diploma universitário, o que contribui para tal expansão.



A espacialização geográfica dos municípios gaúchos que apresentam algum tipo de IES revela a diversificação das regiões no estado atendidas pela educação terciária e a sua distribuição segundo o tamanho populacional desses municípios (mapa 2). Porém, é válido salientar que esse cenário é resultado da combinação de alguns fatores, como a seletividade oriunda da lógica locacional e a formação de centralidades regionais.

MAPA 2

Municípios gaúchos que apresentam IES em seu território



Fontes: FEE (2016) e Inep (2016).

Elaboração das autoras.

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Dessa espacialização, há uma seletividade institucional, favorecendo a divisão territorial do trabalho e a especialização dos lugares. Como resultado, temos a hierarquização e a diferenciação dos lugares por meio da articulação que possuem entre si. Entendemos tal diferenciação mediada pelo alcance que uma IES pode ter de acordo com o perfil econômico e demográfico da região na qual está inserida.

A tendência a ser observada é que, quanto maior a população, maior a necessidade por diferentes profissionais e, conseqüentemente, maior será a demanda pela formação profissional oferecida à população, tanto a residente quanto aquela que se desloca em sua região de influência. Porém, observou-se que alguns municípios com população em torno de 20 mil habitantes apresentam um número pequeno de cursos oferecidos aos

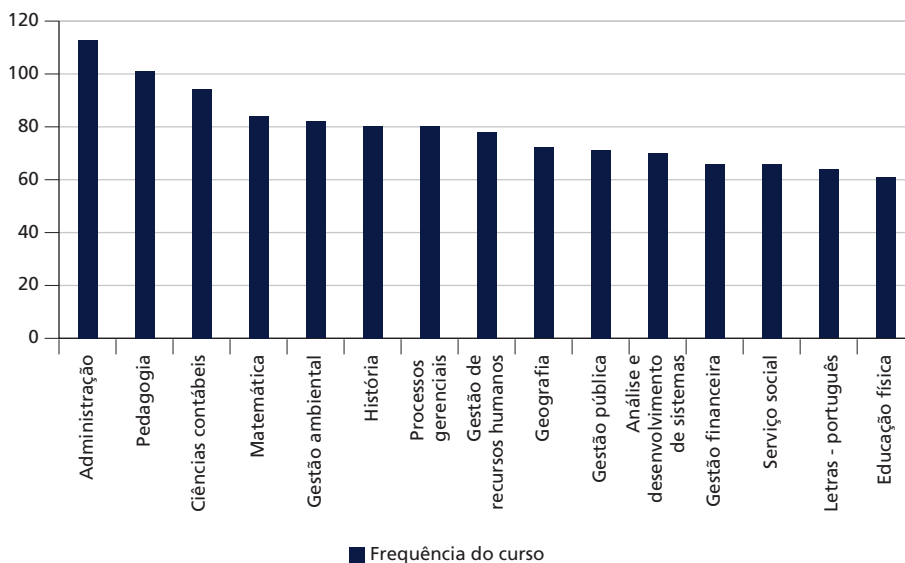


seus habitantes, de modo que parcela dos demandantes pelos cursos de nível superior tem de se deslocar de maneira intermunicipal para a obtenção de determinados cursos que lá não são ofertados, levando ao que entendemos pelo alcance espacial máximo, quando o deslocamento por determinados cursos acadêmicos requer distâncias maiores, dada a oferta seletiva em locais específicos.

Verificou-se também que os municípios tradicionais na oferta do ensino superior por meio de instituições federais são aqueles com o maior número de cursos oferecidos e variados. Além disso, vale destacar o papel importante de instituições privadas comunitárias consolidadas em sua região na difusão de uma gama maior de cursos. O gráfico 1 sintetiza o oferecimento dos principais cursos (de um universo de 278 cursos) com as maiores frequências no estado, ou seja, com a maior oferta em termos absolutos.

GRÁFICO 1

## Cursos de graduação com as maiores frequências – Rio Grande do Sul (2016)



Fonte: Inep (2016).  
Elaboração das autoras.

Em 2016, o curso de administração foi o que obteve a maior representatividade em termos absolutos no estado, com 113 ofertas distribuídas por municípios, que variam de 9.999 habitantes até aqueles com mais de 100 mil habitantes no Rio Grande do Sul. Em seguida apareceu o curso de pedagogia, com 101 cursos, e ciências contábeis, com 94 cursos no estado.

É interessante observar a presença de cursos de licenciatura entre os mais ofertados, sendo o de matemática aquele com maior frequência em 2016, com 84 cursos, seguido pelo curso de história, com oitenta ofertas nesse mesmo ano. Um dos fatores para essa oferta é a demanda em escolas da educação básica, tanto na rede pública quanto na privada, nas quais a renovação dos profissionais da área é constante. Além disso, ações da Universidade Aberta do Brasil (UAB)<sup>3</sup> podem ser observadas como importantes para essa análise.

Tendo em vista os estudos de Corrêa (1974) acerca da análise do sistema universitário no Brasil, propusemos desenvolver tal investigação tendo como foco o sistema acadêmico no Rio Grande do Sul. Para tal, analisou-se a relação existente entre o tamanho populacional dos 142 municípios gaúchos que possuíam ao menos uma atividade acadêmica até 2016 e o perfil desses cursos, conforme mostra a tabela 1.

TABELA 1

**Relação entre a porcentagem dos municípios com IES e o tamanho populacional – Rio Grande do Sul**

Hierarquia	Municípios com IES (%)
Até 9.999 habitantes	6,02
Entre 20 mil e 49.999 mil habitantes	50,85
Entre 50 mil e 99.999 mil habitantes	79,7
Acima de 100 mil habitantes	100

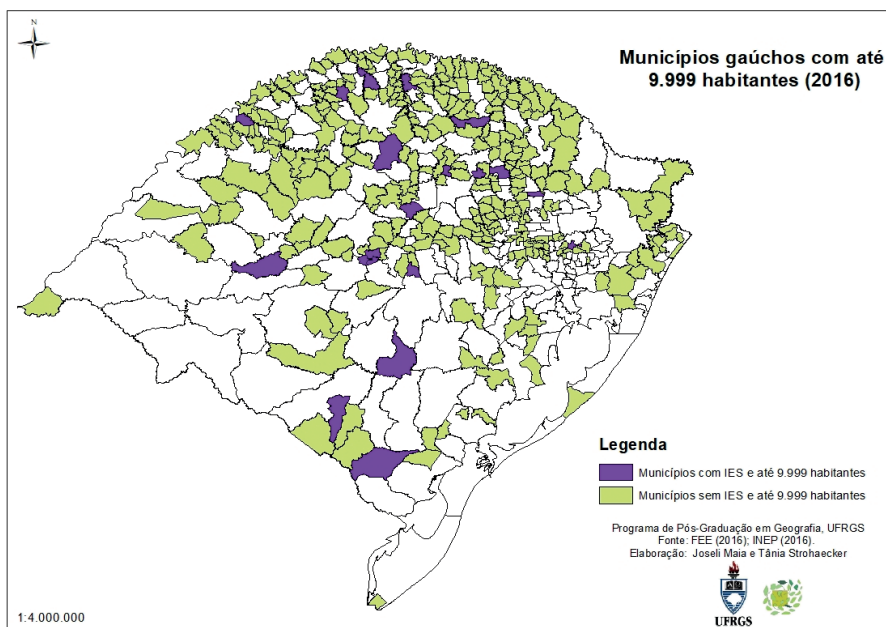
Fonte: Inep (2016).  
Elaboração das autoras.

O total de municípios gaúchos com até 9.999 habitantes, em 2016, era de 332, o que correspondia a 66,8% do total de municípios no estado (497), conforme mostra o mapa 3. Destes 332, apenas vinte possuíam atividade educacional terciária. Logo, constata-se grande dependência desses municípios na hierarquia urbana e regional em relação àqueles de maior porte, sabendo-se que apenas 6,02% possuíam IES em seu território.

3. A UAB é caracterizada como um consórcio entre IES e governos municipais, estadual e federal, no qual os cursos de licenciatura são os predominantes, tendo em vista que essas instituições atuam por meio de polos localizados em municípios preferencialmente sem IES e com população entre 20 mil e 50 mil habitantes. No Rio Grande do Sul, os polos UAB estão presentes em todas as regiões geográficas intermediárias, o que representa importante oportunidade de qualificação profissional para aqueles municípios que não apresentam instituição de ensino superior em seu território, com o objetivo de promover o acesso ao ensino superior e a capacitação de diplomados, principalmente na área da educação, por meio de políticas públicas e integração com IES públicas em municípios de menor porte.

## MAPA 3

## Municípios com até 9.999 habitantes – Rio Grande do Sul



Fontes: FEE (2016) e Inep (2016).

Elaboração das autoras.

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Todos esses vinte municípios estão localizados de maneira externa à Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre, e somavam 109.977 habitantes. Desse total, 59.356 vivem em áreas urbanas.

Ao analisar os cursos segundo seu tamanho demográfico, os vinte municípios com porte de até 9.999 habitantes e alguma IES apresentaram 48 tipos de cursos, somando 132 frequências destes. Determinados cursos foram ofertados apenas nos municípios desse grupo (em todo o estado), em 2016, e têm perfil agrário. É o caso dos cursos de ciências agrícolas (uma frequência) e irrigação e drenagem (uma frequência), os quais possuem perfil acadêmico e atendem à demanda econômica local.

Além disso, observaram-se diversos cursos com apenas uma frequência em todo o grupo analisado. Foram eles: artes visuais; direito; educação do campo; educação física; física; gestão da produção industrial; gestão da saúde pública; gestão de turismo; gestão financeira; irrigação e drenagem; letras (português-inglês); *marketing*; relações internacionais; sociologia; teologia; e zootecnia.

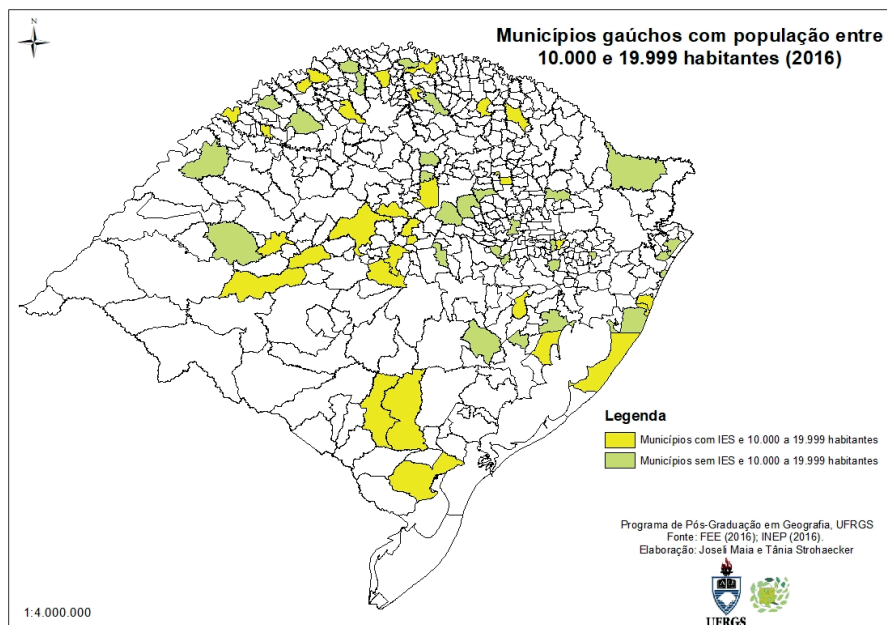
A frequência mais expressiva e o perfil dos cursos oferecidos nesse grupo nos revelaram a oferta acadêmica voltada aos cursos de baixo custo, como é o caso das licenciaturas, gestão e negócios e economia rural (tendo em vista o perfil econômico desses municípios). A maior frequência foi do curso de administração, oferecido em treze municípios, seguido por pedagogia, ofertado em nove dos vinte municípios desse porte populacional.

Tradicionalmente, os cursos de direito, medicina e engenharia civil são os mais demandados pelos estudantes. Nessa análise, nenhum curso de engenharia e medicina foi observado, enquanto o de direito foi ofertado em apenas um município em 2016: Casca.

Os municípios com população entre 10 mil e 19.999 habitantes apresentam um cenário diferente do analisado anteriormente. Em todo o estado, são 59 municípios com esse tamanho demográfico, o que representa 11,87% das 497 municipalidades gaúchas. Destes, trinta apresentam IES em seu território, representando 50,85% dos municípios com esse tamanho populacional, conforme ilustra o mapa 4.

MAPA 4

Municípios com população entre 10 mil e 19.999 habitantes – Rio Grande do Sul



Fontes: FEE (2016) e Inep (2016).  
Elaboração das autoras.

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Esses municípios somavam 437.032 habitantes. Desse total, mais de 300 mil residiam em áreas urbanas. Logo, isso reflete na necessidade do setor terciário atender essa população, de modo que a parcela significativa não precise migrar para outros lugares.

Esse grupo nos revelou grande importância quanto à quantidade de IES, pois expressou a expansão desse tipo de instituição em mais da metade dos municípios com esse porte no estado, comprovando a atratividade pela interiorização e urbanização, já que somam mais de 70% da população vivendo em áreas urbanas, além da premissa de que uma IES é agregadora de atividades, ao mesmo tempo que gera empregos e renda local.

Esses municípios apresentam instituições tanto privadas quanto públicas federais e, ao analisar o perfil desses cursos, em 2016, novamente se verificou uma tendência aos cursos de baixo custo, como é o caso das licenciaturas, mas com algumas mudanças nesse cenário. Ao todo, foram setenta tipos de cursos, distribuídos em 249 frequências (ofertas) nos municípios desse grupo. Mais uma vez, administração foi o curso mais ofertado, com dezoito frequências, seguido por pedagogia (dezesseis) e ciências contábeis (doze).

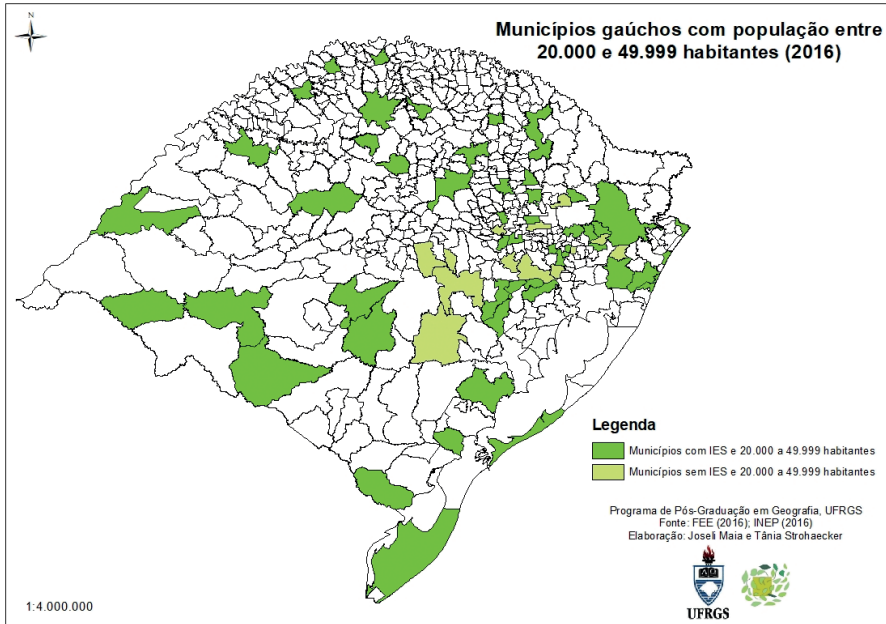
Diferentemente do grupo anterior, aqui apareceram outros cursos. É o caso dos cursos das áreas da engenharia, computação, serviços e medicina veterinária, o que nos revela a necessidade por essa demanda acadêmica por parte da população e também pelo perfil desses municípios.

A partir da análise demográfica dos municípios com população entre 20 mil e 49.999 habitantes, constatou-se que a representatividade das IES é maior: ao todo, o Rio Grande do Sul possui 64 municípios com esse porte, conforme sintetiza o mapa 5. Destes, 51 apresentaram IES em seu território, o que corresponde a 79,7% dos municípios com esse tamanho demográfico e com atividade educacional superior. Além disso, esses 51 municípios somavam 1.585.809 habitantes, em 2016, e 1.269.703 residindo em áreas urbanas.

Analisando-se todos os municípios gaúchos que apresentaram atividade acadêmica, a oferta dos cursos de enologia, eletrotécnica industrial, engenharia agroindustrial agroquímica, engenharia agroindustrial alimentícia, engenharia de agrimensura, geofísica, laticínios, mineração, produção política e cultural e transporte terrestre só foi observada nesse grupo, nos revelando o alcance espacial máximo que esses municípios possuem na atração de estudantes em todo o estado (e até mesmo de outras Unidades da Federação – UFs).

MAPA 5

Municípios com população entre 20 mil e 49.999 habitantes – Rio Grande do Sul



Fontes: FEE (2016) e Inep (2016).

Elaboração das autoras.

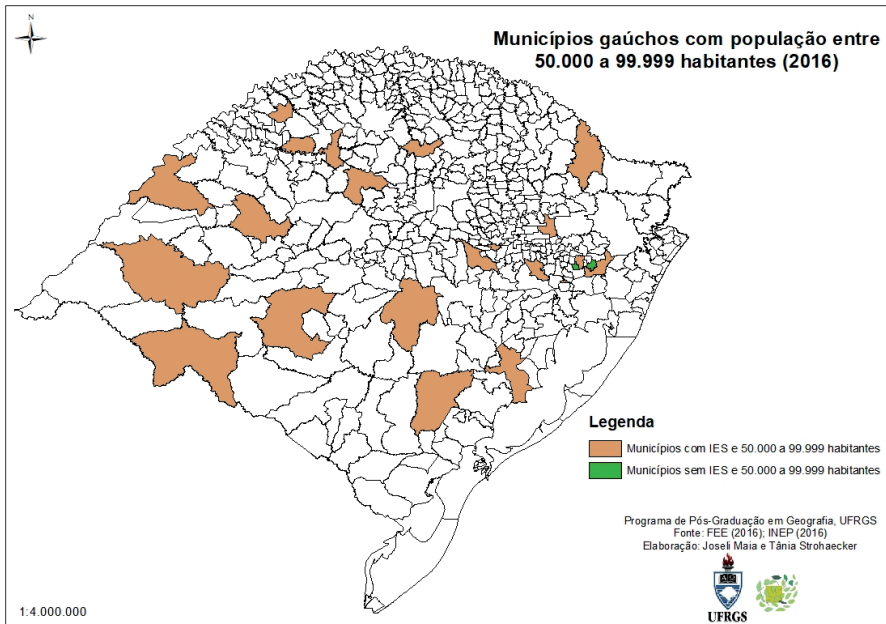
Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

São municípios com um alcance espacial maior que influenciam os municípios menores do seu entorno, ao mesmo tempo que também são influenciados pelos municípios maiores em sua rede regional. Nesse grupo, identificaram-se 120 tipos de cursos e 814 frequências, com uma distribuição mais diversificada pelas áreas do conhecimento. Destaca-se o curso de enfermagem que, diferentemente dos primeiros grupos, aqui já apresenta oferta. Nessa comparação, os cursos de engenharia também se mostraram mais diversificados.

Continuando a análise, no estado são 23 municípios com população entre 50 mil e 99.999 habitantes, conforme mostra o mapa 6. Desse total, 21 municípios desse porte possuem alguma IES no seu território, o que corresponde a 91,3% do valor absoluto. Esses 21 municípios somavam 1.484.343 habitantes, dos quais 1.237.765 viviam em áreas urbanas. Assim, quanto maior a proporção da população urbana, maior a probabilidade de o município apresentar ao menos uma IES.

MAPA 6

Municípios com população entre 50 mil e 99.999 habitantes – Rio Grande do Sul



Fontes: FEE (2016) e Inep (2016).

Elaboração das autoras.

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

À medida que os valores absolutos da população aumentaram, o número de IES acompanhou esse crescimento, resultado da necessidade de oferta do ensino superior para uma representatividade de classe média urbana maior. Porém, a oferta de cursos e suas frequências não foram tão diferentes daquelas analisadas anteriormente.

Foram 124 tipos de cursos, distribuídos por 826 frequências. Destaca-se aqui o alcance espacial máximo de cursos que apresentam oferta apenas nos municípios desse grupo, como é o caso de ciências agrárias, ciências humanas, desenvolvimento rural e gestão agroindustrial e fruticultura.

Mesmo tendo uma diferença pequena quando comparado ao grupo anterior, nesse caso os cursos são mais diversificados quanto à área do conhecimento e sua especialização. Além de apresentar novas ofertas na área da engenharia, os cursos desse grupo têm um perfil voltado à gestão e ao empreendedorismo, destacando-se as ofertas nos cursos de agronegócio e agroindústria.

De acordo com a demanda e o perfil econômico e populacional dos municípios, determinados cursos não foram observados nos primeiros casos analisados, e aqui obtiveram frequências significativas. São cursos com custos maiores de investimento em recursos humanos, tecnologia, equipamentos e laboratórios, e que implicam mais investimentos para a sua execução, promovendo o alcance espacial máximo em sua região geográfica na atração de estudantes destes e de municípios próximos. É o caso dos cursos de: ciências aeronáuticas; comunicação; *design*; fotografia; gastronomia; gestão da qualidade; gestão de micro e pequenas empresas; jogos digitais; medicina; e teatro.

Os municípios gaúchos com população acima de 100 mil habitantes apresentaram um valor de 100% quanto à presença de ao menos uma instituição de ensino superior. Ao todo, são nove municípios com população entre 100 mil e 199.999 habitantes; sete com população entre 200 mil e 299.999 habitantes; e cinco com população acima de 300 mil habitantes, incluindo neste subgrupo a capital, Porto Alegre.

Esses 21 municípios somavam 5.521.238 habitantes, em 2016. Desse total, 5.040.624 eram habitantes das áreas urbanas. Portanto, são municípios com características predominantemente dos setores secundário e terciário, nos quais as atividades rurais têm um peso menor na matriz econômica municipal.

A oferta total de cursos nesses municípios foi de 711 tipos, distribuídos em 1.535 frequências. Nos municípios com população entre 100 mil e 199.999 habitantes, foram contabilizados 123 tipos de cursos e 531 frequências, ofertados em instituições públicas federais, estaduais e privadas, especialmente as comunitárias. Entre as únicas ofertas acadêmicas no estado oferecidas por esse grupo, estão os cursos de aquicultura e comunicação social (radialismo e produção em mídia audiovisual).

Nos municípios com população entre 200 mil e 299.999 habitantes, predominaram as instituições federais e privadas (comunitárias e com fins lucrativos) na oferta de 160 tipos de cursos e 503 frequências. Nesse grupo, os cursos com oferta única no estado foram arqueologia, artes cênicas, comunicação digital, comunicação social (produção editorial), desenho industrial, engenharia acústica, engenharia aeroespacial, engenharia bioquímica, engenharia cartográfica e de agrimensura, engenharia civil e costeira, engenharia civil empresarial, engenharia de automação, engenharia industrial mecânica, engenharia industrial química, gestão das organizações do terceiro setor, gestão do agronegócio, manutenção industrial, matemática aplicada, música e tecnologia, musicoterapia, oceanologia, processos químicos e toxicologia ambiental. Fica evidente a atuação do município de Rio Grande como polo centralizador das principais atividades acadêmicas aqui mencionadas, tendo como destaque os diversos ramos da engenharia aí apresentados devido à presença do polo naval de Rio Grande e, portanto, a necessidade de mão de obra especializada.



Os dois municípios com população entre 300 mil e 399.999 habitantes (Canoas e Pelotas) apresentaram instituições públicas federais e privadas, 148 tipos de cursos e 221 frequências. Os cursos com oferta única e que também contribuem para o alcance espacial máximo em todo o estado foram: agroindústria; antropologia; cinema e animação; cinema e audiovisual; educação nas organizações; engenharia de petróleo; engenharia geológica; engenharia industrial madeireira; música (composição); psicopedagogia clínica e institucional; e saneamento ambiental.

Caxias do Sul foi o único município representante do outro subgrupo populacional que apresentou todas as categorias de cursos. Ao total, foram 114 tipos de cursos e, por ser apenas um município, o número de frequências foi o mesmo. Destacam-se como ofertas acadêmicas únicas os cursos de engenharia automotiva, pilotagem profissional de aeronaves, polímeros, processos metalúrgicos e tecnologias digitais, comprovando a conexão com as demandas do município e região de influência com matriz econômica fortemente atrelada aos ramos metalúrgico, mecânico e áreas complementares.

Porto Alegre, por ser a capital do estado, apresenta o maior contingente populacional. Além disso, isolado nesse subgrupo, apresentou mais tipos de cursos, quando comparada com os grupos anteriores: 166 ofertas de cursos. As ofertas únicas de alcance espacial máximo no estado foram: administração em sistema e serviços de saúde; ciência e inovação em alimentos; ciências (biologia e química); ciências atuariais; *design* visual; engenharia cartográfica; engenharia de minas; engenharia física; engenharia metalúrgica; escrita criativa; gestão desportiva e de lazer; gestão em saúde; história da arte; informática biomédica; políticas públicas; produção cênica; química medicinal; saúde coletiva; sistemas de telecomunicações; sistemas embarcados; e toxicologia analítica.

Em resumo, os municípios com população superior a 100 mil habitantes apresentaram cursos mais diversificados e especializados que os demais aqui apresentados, seguindo uma lógica que a teoria das localidades explicita, ampliando o seu alcance espacial máximo na atração de estudantes de todo o estado. Municípios com maiores taxas populacionais têm a distribuição de suas atividades econômicas em ramos cada vez mais especializados e diversificados, tornando o território cada vez mais articulado por meio da divisão social do trabalho. Logo, essa transformação econômica exige novos profissionais inseridos nesse meio técnico-científico-informacional.

A seguir, analisamos os municípios-polo mencionados quanto à sua representatividade na polarização e formação de polos de crescimento e centralidades no interior do Rio Grande do Sul. Para tal, verificamos a quantidade de cursos ofertados e o seu papel na atração de estudantes, por meio de resultados obtidos em questionário *online*.

TABELA 2

Quantidade de cursos ofertados nos municípios-polo – Rio Grande do Sul

Municípios	Quantidade de cursos (frequência)
Pelotas	124
Porto Alegre	166
Santa Maria	117
Uruguaiana	55
<b>Total</b>	<b>462</b>

Fonte: Inep (2016).  
Elaboração das autoras.

Ao comparar os cursos ofertados pelos municípios-polo com os municípios de sua região geográfica, constatou-se que determinados perfis de cursos (como os da área da saúde, engenharias e tecnologias, por exemplo) são oferecidos apenas por instituições localizadas em municípios com mais de 100 mil habitantes, fazendo com que a população dos municípios menores necessite fazer deslocamentos sistemáticos para municípios que apresentam cursos com oferta limitada. Desse modo, há uma hierarquização da rede regional da educação superior, resultante da aglutinação da oferta de determinadas especialidades educacionais apenas nos municípios-polo da região geográfica, atraindo estudantes que vivem em distâncias maiores (acima de 50 km), ao mesmo tempo que há uma hierarquia espacial máxima e a formação de centralidades no interior do estado gaúcho.

Essas novas centralidades promovem uma nova dinâmica impulsionada pela oferta e pelos deslocamentos periódicos, em que se observam os fluxos direcionados dos municípios de menor porte para os de maior porte, a partir das funções centrais estabelecidas pelas vantagens locacionais oriundas de economias de aglomeração, tanto no arranjo local quanto regional. Esses quatro municípios-polo somavam, em 2016, 2.226.314 habitantes. Destes, 2.081.306 residiam em áreas urbanas. Logo, quanto maior o grau de urbanização, maior será a pressão para a expansão do ensino superior (Oliven, 1985).

Por meio do questionário *online*, obtivemos 1.163 respostas nesse estudo. A distribuição dos estudantes que responderam esse questionário se deu da seguinte maneira:

TABELA 3  
Frequência de respostas obtidas em cada IES

IES	Frequência de respostas	%
UFPel	261	22,4
UFRGS	465	40
UFSM	379	32,6
Unipampa	58	5
<b>Total</b>	<b>1.163</b>	<b>100,0</b>

Elaboração das autoras.

TABELA 4  
Alcance espacial do deslocamento diário dos estudantes das IES analisadas

UFPel	Frequência	%	UFRGS	Frequência	%
Menos de 1 km	18	6,9	Menos de 1 km	24	5,2
Entre 1 km e 2 km	36	13,8	Entre 1 km e 2 km	38	8,2
Entre 3 km e 5 km	41	15,7	Entre 3 km e 5 km	65	14,0
Entre 5 km e 10 km	60	23,0	Entre 5 km e 10 km	84	18,1
Entre 11 km e 20 km	58	22,2	Entre 11 km e 20 km	136	29,2
Entre 21 km e 30 km	23	8,8	Entre 21 km e 30 km	51	11,0
Acima de 31 km	25	9,6	Acima de 31 km	67	14,4
<b>Total</b>	<b>261</b>	<b>100,0</b>	<b>Total</b>	<b>465</b>	<b>100,0</b>

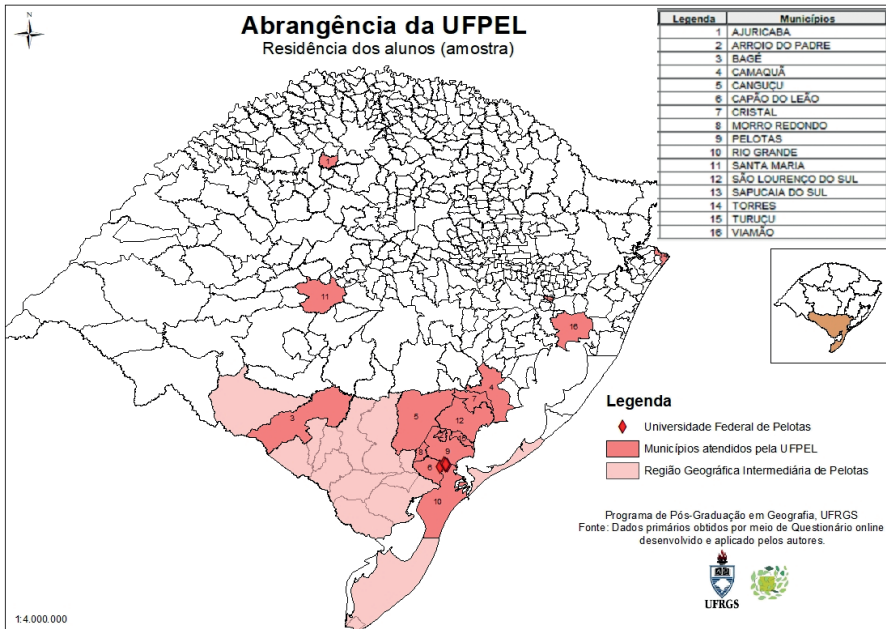
  

UFSM	Frequência	%	Unipampa	Frequência	%
Menos de 1 km	35	9,2	Menos de 1 km	-	-
Entre 1 km e 2 km	53	14,0	Entre 1 km e 2 km	1	1,7
Entre 3 km e 5 km	64	16,9	Entre 3 km e 5 km	2	3,4
Entre 5 km e 10 km	81	21,4	Entre 5 km e 10 km	30	51,7
Entre 11 km e 20 km	89	23,5	Entre 11 km e 20 km	19	32,8
Entre 21 km e 30 km	29	7,7	Entre 21 km e 30 km	2	3,4
Acima de 31 km	28	7,4	Acima de 31 km	4	6,9
<b>Total</b>	<b>379</b>	<b>100,0</b>	<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,0</b>

Elaboração das autoras.

O mapa 7 sintetiza a territorialização das quatro Ifes e sua abrangência quanto à atração e dimensão espacial dos estudantes pelo estado do Rio Grande do Sul.

MAPA 7  
Abrangência da UFPel – residência dos estudantes



Fonte: Maia (2020).

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Atualmente a UFPel, criada a partir das atividades da então Universidade Rural do Sul (URS), em 1960, e federalizada sete anos depois sob a denominação de Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS). Sua transformação em Universidade Federal de Pelotas ocorreu em 8 de agosto de 1969, sob decreto federal, e com a união das faculdades existentes (agronomia, veterinária, ciências domésticas, direito, odontologia e o instituto de sociologia e política).

Segundo dados encontrados em seu sítio eletrônico, a UFPel possui três *campi*: Pelotas, Porto e Capão do Leão, este último localizado no município de mesmo nome. Distribuídos em uma área com mais de 200 mil m<sup>2</sup>, a localização descentralizada dos prédios que constituem essa instituição em Pelotas permite a conexão da universidade com as relações cotidianas vivenciadas no espaço urbano, configurando-se como um importante aglomerador de economias. Além disso, a importância da UFPel transcende o município onde está localizada, atraindo estudantes e funcionários de municípios próximos, incentivando a mobilidade interurbana e ampliando a rede de sistemas urbanos.

A atuação da UFPel nos revelou que a maior parte de seus estudantes reside no município homônimo, seguido pelos municípios de Capão do Leão e Rio Grande. Contudo, o mapa também nos mostra uma rede formada por municípios externos à região geográfica intermediária, na qual os estudantes também são atraídos para a instituição. Nesse caso, são estudantes de cursos a distância, portanto, não realizam deslocamento diário. Já a sua centralidade sobre os municípios que não têm IES em seu território se deu em Ajuricaba, Turuçu, Arroio do Padre, Cristal e Morro Redondo.

O *campus* que apresentou o maior deslocamento espacial diário, acima de 50 km, foi o de Porto; e o que apresentou a maior centralidade foi o de Pelotas, no qual apresentou a maior proximidade com a residência dos alunos respondentes do questionário. Segundo 90,4% da amostra, o trajeto entre a residência e a instituição é realizado em menos de uma hora de duração.

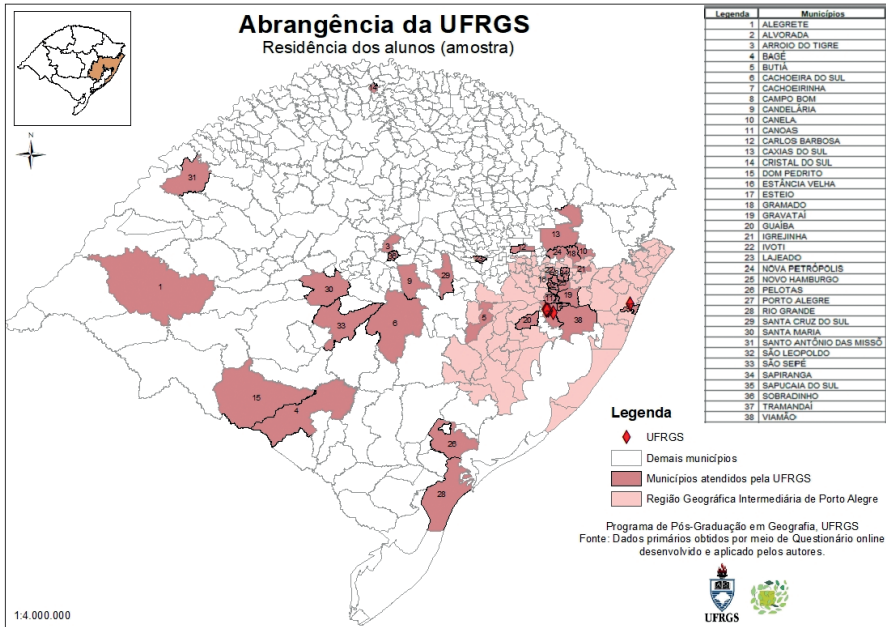
A UFRGS foi criada pelo Decreto Estadual nº 5.758, de 28 de novembro de 1934, então conhecida como Universidade de Porto Alegre (UPA), e, em 1937, passou a ser denominada Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (URGS). Ela é a maior instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul, e tem uma abrangência espacial em todas as regiões geográficas intermediárias do estado. De acordo com o trabalho de campo, muitos dos estudantes são oriundos do interior do estado. Desse modo, a UFRGS merece destaque por se constituir na instituição que mais importa e exporta estudantes e egressos, promovendo ativos locais e deslocamentos mais significativos. No caso dos deslocamentos diários e pela localização destes na capital, a gama maior do deslocamento estudantil ocorre por meio do transporte público coletivo, com quase 70% de uso pelos respondentes, seguido pelo transporte privado.

Constata-se uma centralidade dos serviços de transporte no atendimento de estudantes e funcionários que se deslocam diariamente para a UFRGS, ou seja, há uma concentração maior de infraestrutura urbana para o atendimento da instituição. O deslocamento diário dos estudantes mais relevante foi aquele entre 11 km e 20 km percorridos. Ressalta-se aqui a localização do *campus* do Vale da UFRGS na periferia da capital, limitando-se com o município de Viamão. Muitos dos estudantes residem em bairros centrais de Porto Alegre, ou em municípios próximos, e estudam no *campus* do Vale.

A UFRGS foi a instituição que apresentou um alcance espacial maior no universo amostral obtido no trabalho de campo (questionário *online*). Mais de 34% dos estudantes se deslocam por distâncias superiores a 50 km diariamente na busca por sua qualificação profissional (mapa 8). Destes, o deslocamento espacial maior se deu em direção ao *campus* do Vale, enquanto o *campus* Central foi analisado como o que possui a maior centralidade, com duração de deslocamento inferior a uma hora diariamente, de acordo com 78,8% da amostra.

MAPA 8

Abrangência da UFRGS – residência dos estudantes



Fonte: Maia (2020).

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Sobre a UFSM, uma das maiores instituições federais do interior do estado, com 379 respostas. Destas, o transporte público também é o mais utilizado pelos acadêmicos, seguido pelo transporte privado. Porém o que nos chamou a atenção foi o fato de que, entre todas as IES analisadas, a UFSM apresentou o maior índice de estudantes que não utilizam transporte público, com quase 18% da amostra dessa instituição. Isso nos revela um dado interessante quanto à localização espacial da instituição, até porque são pouco mais de 20% de estudantes que vivem em um raio de 2 km desta universidade, fazendo com que a instituição aglomere atividades locais e residenciais no seu entorno, de modo a apresentar vantagens locais e valores agregados.

O alcance espacial máximo da UFSM também foi observado através da sua polarização e abrangência no estado, por meio da localização centro-norte dos seus *campi*, alcançando, assim, uma descentralização de áreas tradicionais atendidas por instituições de ensino superior, ao mesmo tempo que atrai estudantes de todas as regiões do estado. Desse modo, a instituição apresenta um papel catalisador nos municípios de menor porte e sem a presença de algum tipo de instituição, como é o caso de Campinas do Sul, Ibirama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Rodeio Bonito, Sagrada Família e Vale do Sol.

A abrangência da UFSM, em termos de residência dos alunos, nos revelou também a externalidade da região geográfica no qual está inserida, além de apresentar dois *campi* fora da sua região de influência, contribuindo, assim, para a desconcentração de suas atividades terciárias ao mesmo tempo que amplia a sua influência, por meio da implantação em municípios com potencial para esse tipo de atividade, que é o caso de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões. A presença da UFSM tem grande importância para a economia local e regional, dada a aglutinação de atividades econômicas e a atração estudantil.

O *campus*-sede da UFSM está localizado no bairro Camobi e tem conexão com a sede urbana e com outros municípios pelas rodovias RSC-287 e RSC-509. A localização do *campus* está distante cerca de 10 km da sede urbana do município de Santa Maria.

A UFSM foi a primeira instituição federal localizada fora de uma capital brasileira. Sua criação remonta a 1960, e sua federalização ocorreu em 1965. A proposta de sua criação vinculou-se aos projetos de integração regional em voga. Entre esses projetos, estava a criação da então Universidade de Santa Maria:

já o projeto “Multiversidade da Universidade” de Santa Maria, sob influência de lideranças leigas entrosadas no debate nacional e mesmo latino-americano sobre os novos rumos da universidade, caracterizou-se como um projeto influenciado pela absorção de modelos estrangeiros, baseado num intenso processo de modernização de cunho desenvolvimentista. A modernização era condição necessária para o rompimento com a dependência em relação aos centros mais desenvolvidos, como a capital do estado. A Universidade modernizada deveria produzir os profissionais qualificados e a técnica necessária ao desenvolvimento regional (Neves, 1992, p. 98<sup>4</sup> *apud* Neves, 1995, p. 5-6).

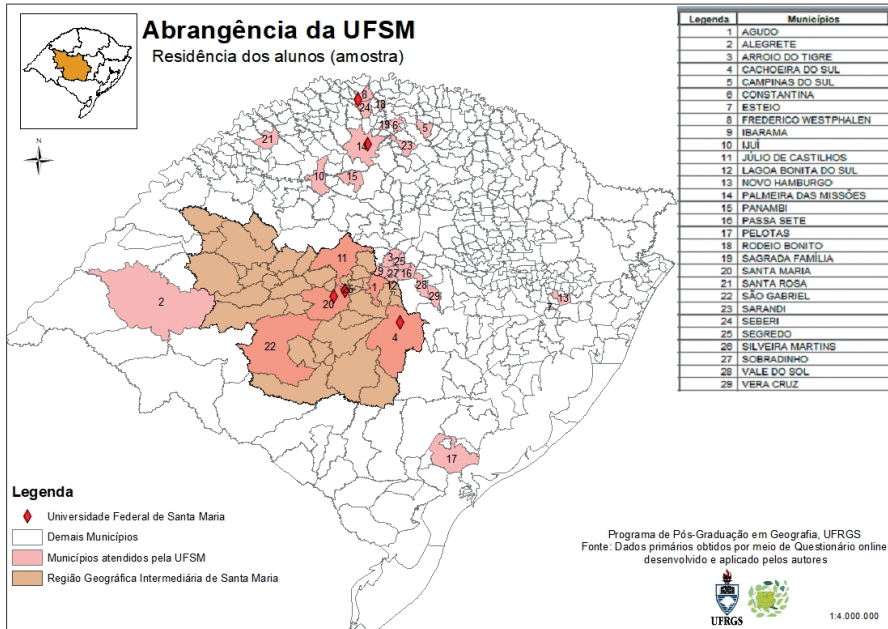
Além do *campus*-sede, a UFSM também possui *campi* nos municípios de Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Silveira Martins, inaugurados em 2007, e, em 2013, oficializou-se o *campus* de Cachoeira do Sul. Entre os estudantes da amostra, o *campus*-sede foi o que apresentou a maior quantidade de deslocamentos espaciais, ao mesmo tempo que possui a maior centralidade: quase 94% dos estudantes realizam o trajeto em menos de uma hora.

---

4. Ver Neves, C. E. B. Ensino superior no RS: interiorização e modelos regionais. In: Morosini, M.; Leite, D. (Org.). *Universidade e integração no Cone Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. p. 95-112.

MAPA 9

Abrangência da UFSM – residência dos estudantes



Fonte: Maia (2020).

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

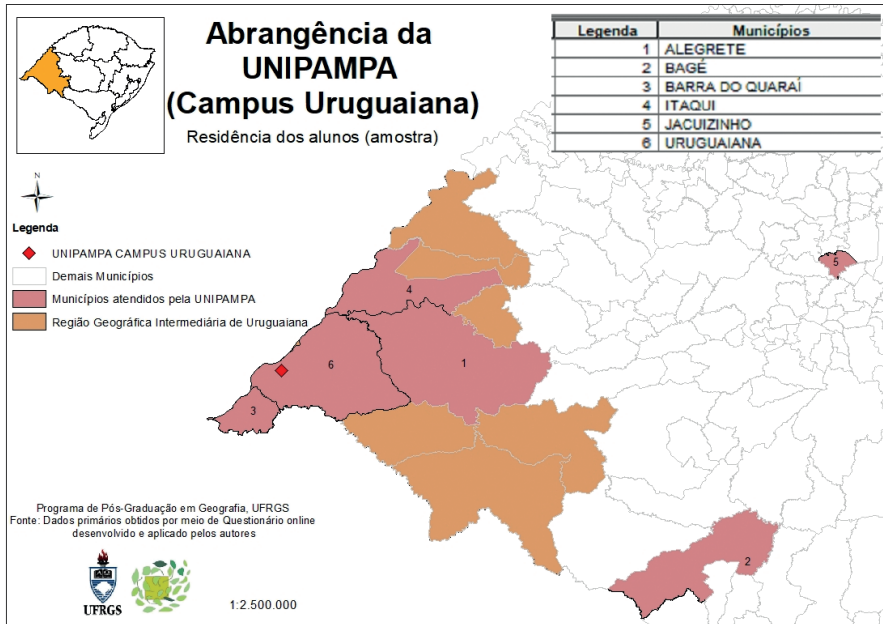
Criada pela Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008, a Unipampa é uma instituição pública com sede no município de Bagé (Rio Grande do Sul). Sua estrutura é *multicampi*, com atuação em Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, até o presente momento.

O *campus* da Unipampa em Uruguaiana está localizado a cerca de 15 km ao sul da sede do município e sua conexão se dá por meio da BR-472. Os dados do *campus* Uruguaiana nos revelaram que a maior parte dos estudantes reside de 5 km a 20 km de distância, tendo em vista que esse *campus* não se localiza na sede urbana do município. Além disso, aproximadamente 57% dos estudantes se deslocam por meio do serviço de transporte público, revelando certa centralidade da instituição no atendimento do deslocamento que cobre essa necessidade estudantil.

Analisando o mapa do deslocamento espacial, observou-se que a maior parte dos estudantes se desloca na Região Geográfica Intermediária de Uruguaiana, devido à maioria desses estudantes ser de residentes da própria região. Segundo a amostra, 90,7% dos deslocamentos ocorrem em menos de uma hora de duração.



## MAPA 10

Abrangência da Unipampa, *campus* Uruguiana – residência dos estudantes

Fonte: Maia (2020).

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adequamos aqui o conceito de polos de crescimento ao fato de que uma IES é capaz de polarizar o seu entorno, criando novas centralidades e economias de aglomeração. Citam-se, como exemplo, os recursos atraídos para o seu entorno, o investimento em infraestrutura, o estímulo à criação e ao desenvolvimento de inovações tecnológicas, a qualificação de recursos humanos e o fornecimento de atributos à sociedade, por meio da pesquisa científica, da geração de conhecimento, emprego, renda e informação.

A política de dispersão espacial das IES estimulou a sua implantação em municípios de porte e perfil distintos. Os principais municípios receptores dessas novas instituições foram aqueles de pequeno e médio portes e com características econômicas voltadas à agroindústria e ao agrocomércio. Logo, a geração de investimento no capital humano, a aglutinação de atividades econômicas, a formação e qualificação profissional e o investimento no capital social levaram à geração de novas centralidades no interior do estado, ao mesmo tempo que essas instituições atuaram como agentes locais no desenvolvimento urbano e regional, sugerindo,

cada vez mais, que as potencialidades geradas por municípios desse porte se tornem tendências quanto à interiorização de IES e de deslocamentos migratórios, ao mesmo tempo que são inseridos na rede técnico-científico-informacional gerada por esse tipo de instituição.

Dado o tamanho populacional dos municípios analisados, verificou-se a importância da política de interiorização da educação superior em direção aos municípios de médio porte externos à RM de Porto Alegre, considerados polos de importância provincial ou sub-regional. Outra característica dessa polarização é o potencial em atender as demandas que extrapolam o seu domínio direto. Quando a influência da IES se estende para além do território no qual está localizada, significa que o domínio desse polo sobre o sistema é relativo, pois adquire novos espaços por meio do seu poder centralizador.

Observou-se que a propagação do conhecimento por meio da instalação de IES gerou centralidades que implicaram a incorporação e a difusão do progresso técnico, científico e informacional. Logo, a estratégia de expansão e desenvolvimento colocou o ensino superior como uma das bases da transformação produtiva, considerando-o imprescindível para o desenvolvimento regional, por meio de sua descentralização e interiorização, além de ser notável a importância da participação da educação superior no cenário gaúcho quanto ao atendimento da população de municípios menores, até então fora do circuito atendido pelo ensino superior.

Essas instituições têm destaque devido à importância que possuem nos municípios-polo, na sua região intermediária e também externamente a essas regiões; por serem um atrativo migrante demográfico, dada a oferta de serviços especializados (ensino superior, pós-graduação, qualificação acadêmica e atividades de pesquisa e extensão) e de emprego nessas instituições; e por serem agregadoras de atividades econômicas, formando centralidades no interior do estado do Rio Grande do Sul, atuando como agentes locais que corroboram com a formação dos polos de crescimento.

Mesmo que haja polarização do ensino superior em Porto Alegre e sua região próxima, foi notável a amplitude das IES no estado e, para os casos dos municípios que ainda não possuem uma instituição em seu território, estes se beneficiam da oferta em municípios próximos, destacando a importância que tais instituições possuem na formação de pessoal qualificado e na atribuição de meios técnicos no local onde estão inseridas, de modo a ultrapassar os limites municipais, levando à formação de novos polos de crescimento.

Prova disso foi a constatação feita pelos deslocamentos diários dos estudantes das instituições, em que a UFRGS e a UFSM representaram o maior alcance espacial no estado, por meio de sua interiorização e levando a uma nova configuração do fluxo migratório nos deslocamentos desses estudantes, tornando Porto Alegre e Santa Maria

importantes polos de crescimento devido à densidade técnica atribuída a essas instituições e à capacidade de atrair consumidores para os seus serviços, por meio do alcance espacial de residentes tanto de municípios que detêm como daqueles que não possuem uma instituição em seu território, além de ganhar influência e controle político na estrutura universitária local e regional.

O alcance dessas instituições se apresentou mais complexo e diversificado, efetuado pelo conjunto socioespacial de municipalidades menores atendidas e integradas nessa perspectiva de desenvolvimento regional. Os dados obtidos são emblemáticos quanto ao peso que tais IES têm fora de sua sede, visando tornar o acesso ao ensino superior cada vez mais democrático e descentralizado.

## REFERÊNCIAS

BESSA, K. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **GeoTextos**, v. 8, n. 1, p. 147-165, jul. 2012.

CARGNIN, A. P. **Políticas de desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA, R. L. Contribuição à análise espacial do sistema universitário brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 36, n.1, p. 3-32, jan./mar. 1974.

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.

DAMBORIARENA, L. **Estudos sobre universidade e desenvolvimento: uma crítica ao senso comum**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DAVIDOVICH, F. **A urbanização brasileira no final do século XX**. 1994.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Estimativas populacionais FEE**. Atualmente Departamento de Economia e Estatística (DEE). Disponível em: <<http://bit.ly/3BHA3gh>>.

FRIEDMANN, J. A estratégia dos polos de crescimento como instrumento da política de desenvolvimento. *In*: PERROUX, F.; FRIEDMANN, J.; TINBERGEN, J. (Org.). **A planificação e os polos de desenvolvimento**. Porto: RÉS limitada, 1975.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior**. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3ns1ZOt>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

MAIA, J. A. **A espacialidade das instituições de ensino superior no Rio Grande do Sul**: uma rede de múltiplos circuitos. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MONTE-MÓR, R. L. M. A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo. *In*: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. (Org.). **Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, 2011.

NEVES, C. E. B. Ensino superior privado no Rio Grande do Sul: a experiência das universidades comunitárias. **Documento de Trabalho**, São Paulo, p. 1-40, 1995.

\_\_\_\_\_. Educação superior (1930-85). *In*: GERTZ, R. E.; GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). **República**: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 4).

OLIVEN, A. C. A expansão do ensino superior no Rio Grande do Sul: urbanização, estrutura ocupacional e oportunidades educacionais. **Cadernos de Estudos**, Porto Alegre, n. 11, 1985.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

RORATO, G. Z. **Expansão do ensino superior federal, atores territoriais e emergência de novas escalas de poder e gestão**: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2016. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, jan.-dez. 2011.

STROHAECKER, T. M. A urbanização no Rio Grande do Sul. *In*: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012. p. 187-209.

UEDA, V. O papel das redes técnicas: transportes, energia e telecomunicações. *In*: GOLIN, T.; BOEIRA, N.; GERTZ, R. (Org.). **República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 169-192.

VIEIRA, D. J. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional. *In*: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.